



Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 9
Julho / agosto
de 1992

3

Debate

DÍVIDA INDEVIDA



QUEM PAGA O PATO?

Mediante uma política de total submissão às exigências do Fundo Monetário Internacional, o governo Collor tem adotado algumas regras neoliberais, levando o País à mais dramática crise de sua história. O especialista Paulo Schilling analisa o processo de endividamento externo brasileiro, com as consequências econômicas e sociais desastrosas para a vida da imensa maioria do povo. (Páginas 3 a 9)

VOZES DE DENÚNCIA
Igrejas, organizações ecumênicas e outros segmentos da sociedade civil do País e do exterior têm-se expressado inúmeras vezes para denunciar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo como um processo causador de opressão, miséria e injustiça. (Páginas 20 a 22)

A DÍVIDA EXTERNA À LUZ DA BÍBLIA

Em interessante artigo, o biblista Milton Schwantes aprofunda aspectos da dívida externa dentro da perspectiva bíblica. Ao enfatizar a importância do sábado — dia de descanso —, o autor destaca a necessidade de se preservar a natureza, barrar a exploração e a desigualdade entre as pessoas. (Páginas 10 a 18)

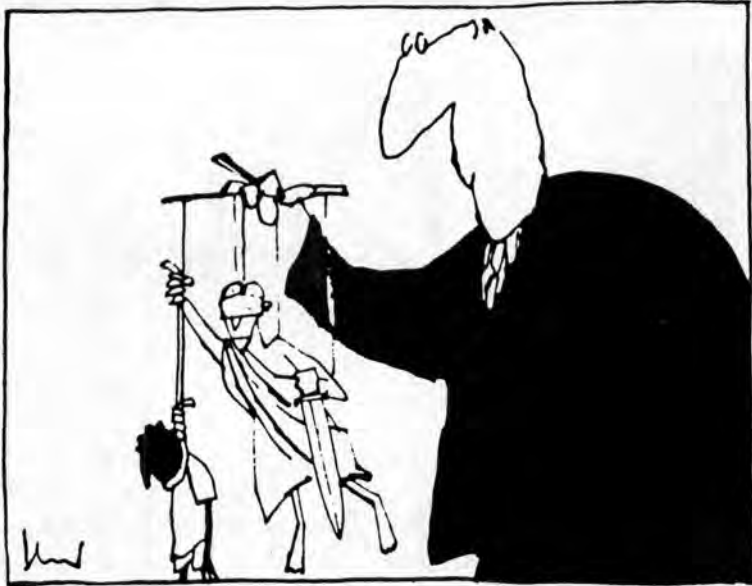
SUBSÍDIOS CONTRA O ANTI-REINO

Constitui-se numa grande alegria podermos oferecer ao público ecumênico o material que se segue. Ele é fruto da experiência acumulada, das informações processadas e interpretadas pelo Projeto Especial "Dívida Externa e Conjuntura do CEDI", coordenado pelo prof. Paulo Schilling.

Paulo Schilling acompanha desde a década de 1950 os perfis, filigranas, estruturas, marchas e contramarchas das abaladas economias brasileira e continental. Seu currículo o credencia como especialista renomado, além de sua condição de militante incansável da grande utopia: um país no qual a qualidade de vida da maioria corresponda às riquezas naturais e às produzidas pelo trabalho.

Além do seu contributo técnico apresentado no inevitável "economês", no presente Suplemento prevalece a intenção didática

CMI / Len Munnik



acrescida da imprescindível abordagem bíblico-teológica que salienta as dimensões éticas e as relações — geralmente opacas — entre a simbólica religiosa e as diferentes faces do poder. Entrementes, corrobora o fato de que a mensagem central do Evangelho só poderia ser simbolizada por meio de uma categoria histórico-política: o Reino.

Nada mais ecumênico que a sobrevivência. Por conseguinte, CONTEXTO PASTORAL sentiu-se na obrigação de fornecer um balanço da situação atual do endividamento externo. Este, indubitavelmente, é a causa maior dos nossos males econômicos, e cujo corolário atormenta a milhões de compatriotas, sobretudo os mais desfavorecidos, com quem o Deus bíblico se solidarizou desde sempre.

No propósito de oferecer informação qualificada com um recorte protestante e ecumênico, apresentamos este material que bem pode tornar-se um subsídio didático às comunidades e grupos que desejam, à luz da fé, conhecer melhor essa dramática realidade de dependência externa, que nos conclama à ação transformadora.

DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral n° 9
julho / agosto de 1992

Publicação do Centro
Evangélico Brasileiro de
Estudos Pastorais —
CEBEP (Rua Rosa de
Gusmão, 543 — 13073 —
Campinas SP —
Tel. e fax: 0192-411459)
e do Centro Ecumênico
de Documentação e
Informação — CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 —
22211-230 — Rio de
Janeiro RJ —
Tel. 021-2246713 e
fax: 021-242-8847)

Neste número:

Editores

Magali do Nascimento
Cunha
Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb.18.481)

Editor-assistente

Carlos Cunha

Colaboradores

Integrantes do Projeto
Especial Dívida Externa:
Paulo Schilling
Paulo Tomsic
Anivaldo Padilha

Conselho editorial

José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Programação visual

Anita Slade

Fotolito e impressão

Tribuna da Imprensa

Tiragem

13 mil exemplares

ASSINE CONTEXTO PASTORAL

Tels: Rio de Janeiro — (021) 224-6713
Campinas — (0192) 41-1459

DÍVIDA EXTERNA, DÉCADA PERDIDA, "AFRICANIZAÇÃO" E PERDA DA SOBERANIA

Paulo R. Schilling

No momento em que as classes dominantes da América e da Europa preparam as comemorações relativas ao 500º aniversário do "descobrimento" da América, o subcontinente latino-americano e as ilhas do Caribe vivem sua pior crise. A crise histórica, crônica, permanente, originada nas relações de intercâmbio tipicamente colonialistas com os países industrializados do Norte (intercâmbio de matérias-primas e alimentos por produtos manufaturados e tecnologia), permitia a nossos países um crescimento econômico mínimo, em muitos casos, limitado a somente cobrir o aumento demográfico. Ou seja, era assegurado a nossas "nações proletarianizadas" o mínimo necessário "à sobrevivência e à reprodução da espécie". Igual aos trabalhadores europeus no início da Revolução Industrial.

Nos anos de 1980, a situação piorou radicalmente. Em razão dos brutais encargos da dívida externa, da deterioração contínua nos termos do intercâmbio Norte-Sul, da fuga de capitais e dos ajustes estruturais impostos pelo FMI, a América Latina e o Caribe passaram a viver um processo de retrocesso econômico.

Os dados da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL ("Balance Preliminar de la Economía de la América Latina y el Caribe — 1990") demonstram que os latino-americanos estavam, em 1990, 9,8% mais pobres do que em 1980. E que somente três países — Cuba, Colômbia e Chile — apresentaram um pequeno aumento na renda per capita. Confirmava-se, assim, a tese da "década



perdida" em termos econômicos e sociais.

Em alguns países, a evolução foi ainda pior. Assim, o ingresso bruto nacional real por habitante na Argentina, em 1988, foi de 2.264 dólares (a preços correntes de 1980), contra 2.647 dólares, em 1970. No Peru, 1.023 dólares, contra 1.062, no mesmo período. No Uruguai, 1.964 e 1.947, respectivamente, e na Venezuela, 2.146 e 2.176. Ou seja, nesses países foram duas as "décadas perdidas". No Brasil (e também no México) a situação tinha evoluído, nos anos 1950/1970, em forma diferente.

O Brasil constituiu um exemplo muito especial de desenvolvimento econômico acelerado durante algumas décadas. Nosso país era apontado como a prova de que o capitalismo, num país periférico, apoiado pelo Sistema (investimentos feitos pelas empresas transnacionais e empréstimos concedidos pelos banqueiros internacionais) podia, em curto prazo, vencer o subdesenvolvimento e provocar o ingresso no rol dos países industrializados.

Efetivamente, se tomamos o período 1955-1980, o crescimento econômico do Brasil foi recorde mundial: média de 7,1%

ao ano (o segundo lugar, nesses anos, correspondeu ao Japão, com 6,5%).

Com a crise da dívida externa, iniciada com a moratória do México (1982), a monitoria, o controle do Fundo Monetário Internacional sobre as economias de nossos países tornou-se muito mais intenso, e as receitas recessivas, muito mais drásticas.

Para evitar que se generalizassem as moratórias — o que lançaria os bancos credores a uma crise sem precedentes, em muitos casos, à falência —, havia que aplicar verdadeiras "camisas-de-força" às economias dos países devedores: frear drasticamente o desenvolvimento, reduzindo ao mínimo os investimentos tanto públicos como privados; diminuir os salários reais e, conseqüentemente, o consumo interno, gerando assim maiores "excedentes" para a exportação; cortar, sem nenhuma contemplação, os gastos sociais dos governos, liberando moeda nacional a fim de adquirir do setor exportador (essencialmente privado) as divisas necessárias ao atendimento dos banqueiros internacionais.

O governo Collor, ainda mais subserviente ao sistema imperialista do que seus antecessores, além de manter a tutela do FMI sobre a economia, passou a adotar as regras do neoliberalismo que deveriam ser estabelecidas pela "Rodada Uruguai" (a reforma tributária do GATT, ainda não aprovada e à qual resistem até mesmo os países capitalistas centrais): abertura das fronteiras econômicas, privatização do Estado, desregulação da economia, drástica redução do peso dos sa-

lários, tanto na produção econômica quanto na administração pública, etc.

Foi suficiente um ano de política neoliberal para lançar o Brasil na mais dramática crise de sua história.

AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DA CRISE ECONÔMICA

Vejamos sinteticamente as principais causas da estagnação econômica. Em primeiro lugar, por sua importância, temos os serviços da dívida externa. O quadro I mostra como, entre 1982 e 1991, América Latina e Caribe enviaram para os países ricos do Norte, a título de juros e lucros das empresas transnacionais, nada menos de US\$ 347,8 bilhões.

QUADRO II Evolução dos preços ao consumidor

Variações de dezembro a dezembro

Anos	Países Argentina	Brasil
1983	433,7	179,2
1984	688,0	203,3
1985	385,4	228,0
1986	81,9	58,4
1987	174,8	365,9
1988	387,7	993,3
1989	4.923,8	1.863,6
1990	343,9	1.585,2
1991 (*)	91,3	465,8

(*) Entre novembro/90 e novembro/91

Fonte: Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe — 1991

çados a incentivar as exportações. O excesso de exportação provoca, em muitos casos, o desabastecimento dos mercados internos e, como consequência lógica, o aumento dos preços internos, ou seja, a inflação. Em razão de suas *performances* na exportação, Brasil e Argentina figuraram, em vários anos da década de 1980, como campeões mundiais de inflação. (Quadro II)

A segunda causa determinante da crise econômica se origina dos esforços de cada país devedor para exportar mais e da concorrência cada vez maior entre os países exportadores de matérias-primas do Terceiro Mundo (praticamente todos sufocados pela dívida externa). Consequência: os preços dos produtos exportados por eles se deterioraram cada vez mais nos mercados internacionais. É necessário exportar cada vez mais para conseguir comprar a mesma quantidade de artigos importados, ou atender aos serviços financeiros internacionais.

Vejamos as perdas da América Latina e de alguns países, re-

lativas ao poder de troca de seus produtos de exportação. (Quadro III)

Entre os dezessete principais itens de exportação da América Latina e Caribe, somente três (bananas, cobre e zinco) tiveram os preços internacionais aumentados no período 1980-1991. Todos os demais sofreram desvalorizações:

açúcar	- 70,4%
cacau	- 55,7%
café	- 49,8%
carne bovina	- 5,5%
farinha de peixe	- 7,1%
milho	- 37,5%
trigo	- 32,9%
algodão	- 6,4%
lã	- 36,5%
estanho	- 67,1%
minério de ferro	- 1,7%
chumbo	- 34,6%
petróleo	- 49,6%

(Fonte: CEPAL)

Como as transnacionais estabelecidas no Brasil não estão mais interessadas em fazer investimentos (existem atualmente outras alternativas mais lucrativas) e como a burguesia nacional prefere especular no mercado financeiro ou levar seus capitais para o exterior, o nível de competitividade da indústria brasileira nos mercados

QUADRO I

América Latina — Caribe Saídas líquidas de juros e lucros

(em bilhões de dólares)

1982	38,8
1983	34,5
1984	37,3
1985	35,3
1986	32,6
1987	31,4
1988	34,3
1989	39,9
1990	34,4
1991	29,3

(estimativa)

Fonte: Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe 1991 — CEPAL

Apesar disso, a dívida continua crescendo — de US\$ 400,9 bilhões, em 1986, para US\$ 435,5 bilhões, em 1990. Sem demagogia, podemos afirmar: quanto mais pagamos, mais devemos.

Para conseguir as divisas necessárias ao atendimento dos serviços da dívida, os governos de nossos países, totalmente comprometidos com os banqueiros internacionais, são for-

QUADRO III

América Latina — Caribe Relação de preços de intercâmbio

Variações acumuladas entre 1981/1991

América Latina /	
Caribe	- 26,9%
El Salvador	- 47,6%
Equador	- 39,0%
México	- 36,0%
Venezuela	- 35,3%
Argentina	- 35,2%
Panamá	- 28,0%
BRASIL	- 18,3%

Fonte: CEPAL (publicação citada)

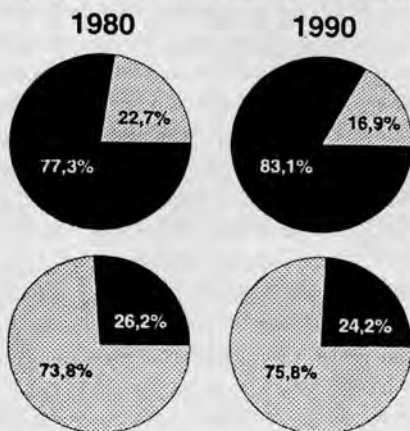
QUADRO IV

Em 1980, 26,2% da população mundial (a radicada nos países desenvolvidos) se apoderava de 77,3% da renda global; em 1990, essa população estava reduzida a 24,2% mas se apropriou de 83,1% do produto mundial; os pobres do mundo, que aumentaram de 73,8% em 1980, para 75,8%, viram sua porção diminuída de 22,7% para 16,9%.

PRODUTO MUNDIAL

POPULAÇÃO MUNDIAL

Países desenvolvidos
Países em desenvolvimento



internacionais é cada vez menor.

A exportação — necessária à captação de dólares para atender aos serviços da dívida externa — somente é possível graças aos subsídios e isenções dados pelo governo ao setor exportador. Relatório da equipe econômica de Zélia Cardoso de Mello (absolutamente insuspeita de nacionalismo) enviado ao Comitê dos Bancos Credores informa que somente o governo da União concedeu, no período 1976-1989, subsídios fiscais na ordem de US\$ 89,9 bilhões aos exportadores (uma vez e meia o total da dívida com os bancos privados).

Atualmente, apesar de aplicar em outros aspectos a doutrina neoliberal (abertura das fronteiras às importações, transformando o País numa enorme “zona franca”, e privatização, sem nenhum critério, das empresas do Estado), o governo Collor decidiu subsidiar os juros para o setor exportador. Objetivo: fomentar as exportações e assim conseguir os dólares necessários ao atendimento dos banqueiros e ao cumprimento das promessas contidas na Carta de Intenções ao FMI. Enquanto pagam juros entre 3.000/4.000% ao ano em

suas compras a prazo, os brasileiros vão pagar indiretamente (via governo) a diferença entre os juros no mercado financeiro interno e os vigentes no exterior (atualmente reduzidos, nos Estados Unidos, a 3/4% ao ano) em benefício dos exportadores. Haja coerência...

A terceira causa decisiva da catastrófica crise da América Latina e Caribe pode ser encontrada na enorme fuga de capitais protagonizada pelas “burguesias nacionais”. Segundo a já clássica (na história da dívida externa latino-americana) denúncia do *World Financial Markets* (boletim do Morgan Guaranty Trust Company of New York), de março de 1986, 70% da dívida da Argentina, Brasil, México e Venezuela (US\$ 284 bilhões, na época) tinha retornado aos países centrais via evasão de capitais (US\$ 191 bilhões).

Informações mais recentes — como as de mr. John Reed, presidente do Citicorp (os argentinos têm depositado nesse banco US\$ 50 bilhões), do Banco Morgan (o total desviado pela burguesia brasileira alcança a US\$ 42 bilhões) e do correspondente de “O Estado de S. Paulo”

nos Estados Unidos, Moisés Rabinovick (o total saído do Brasil pode chegar a US\$ 60 bilhões) — permitem concluir que o desviado clandestinamente por nossas burguesias para o exterior excede o total da dívida de nossos países com os bancos privados. No caso brasileiro, a fuga de capitais pode duplicar o total dos investimentos estrangeiros feitos no País nos últimos cinquenta anos (US\$ 32 bilhões). Jean Ziegler, destacado deputado suíço, o maior especialista em bancos helvéticos, que há alguns anos liderou a campanha no sentido de acabar com a imoralidade das contas secretas numeradas, revela que a situação relativa ao desvio de capitais por parte da burguesia brasileira é ainda pior. Segundo suas recentes declarações, somente nos bancos da Suíça, os brasileiros têm depositado US\$ 60 bilhões. Aparentemente se justifica a autocritica do presidente da Fiesp, Mário Amato: “Somos todos corruptos”. Sem comentários...

Resumindo, temos a América Latina e Caribe enviando ao exterior, em média anual, US\$ 35 bilhões a título de serviços da dívida e lucros das empresas transnacionais. Além disso, sofreu uma perda nas relações de intercâmbio comercial Norte-Sul de 26,9% sobre uma exportação média (nos três últimos anos) de 120 bilhões, ou seja, US\$ 32 bilhões. E mais: uma fuga de capitais que, segundo o cálculo otimista da CEPAL, alcança, em média, US\$ 20 bilhões ao ano. Ou seja, uma perda de aproximadamente US\$ 87 bilhões anualmente, que — direta ou indiretamente — vai somar-se à acumulação de capital que se verifica nos países altamente industrializados do Norte.

Como durante os séculos da era colonial, quando o ouro, a prata, os produtos tropicais e o trabalho escravo na América fi-

nanciaram as revoluções mercantil e industrial da Europa (e, posteriormente, dos Estados Unidos), hoje essa "exportação de capitais" latino-americanos está subsidiando os ajustes estruturais modernizantes que se verificam na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas de Munique ilustram esse processo de transferência dos países pobres para os altamente industrializados. (Quadro IV)

O PREÇO SOCIAL DA CRISE ECONÔMICA

Com dados bastante atrasados, CEPAL mostra como evoluiu a situação de pobreza e indigência na América Latina. Em 1980, verificava-se a existência de 135,9 milhões de pessoas na faixa de pobreza; em 1986, 170,2 milhões. Na situação de indigentes, a evolução foi de 62,4 milhões para 81,4 milhões.

Chamamos a atenção para a brutal queda do salário mínimo mexicano, reduzido a menos que a metade pelo Pacto Social de Estabilidad y Crecimiento Económico, tão badalado pela mídia brasileira e internacional. Igualmente, para a deterioração verificada na Venezuela (país do subcontinente com o maior PIB por habitante — US\$ 3.300), onde Andrés Peres está aplicando com mão de ferro — como Salinas, no México — as receitas do FMI e as teorias neoliberais.

No que se refere à exploração dos assalariados, é a burguesia brasileira que detém o recorde mundial. Dados do Dieese (Unicamp, "Brasil, 1986 — Relatório sobre a situação social do País") mostram que, entre 1940 e 1985, o PIB per capita aumentou do índice 100 para 474,66, ou seja, praticamente quintuplicou. No entanto, o salário mínimo diminuiu, no período, do ín-

dice 100 para 61,78. E continuaria baixando durante os governos de José Sarney e de Fernando Collor. Em 1/5/90, ao comemorar 50 anos de vigência, o salário mínimo estava reduzido a 22% do valor real original.

Dados do Banco Mundial ("Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial — 1990") mostram que, enquanto nos países altamente industrializados os "10% mais ricos" da população ficam com 20 a 25% da renda nacional, no Brasil, último colocado na lista, essa porcentagem sobe para 46,2%. O "PNAD 89", do IBGE, atualiza essa última cifra para 53,2%.

Os anos de 1980 constituiram, como vimos, a "década perdida" para a América Latina e Caribe e para o Brasil. No seu conjunto, os latino-americanos e os brasileiros ficaram mais pobres. Porém, em razão do perverso sistema de distribuição de renda que analisamos, muitos ganharam. O "1% mais rico", que tinha no Brasil, em 1981, uma renda anual de 30 mil dólares, embolsou US\$ 48 mil em 1989. Enquanto isso, os "50% mais pobres" viram sua renda decrescer, no período, de 1.200 para 900 dólares. Se compararmos a renda individual de cada um dos "1% mais rico" com a dos "10% mais pobres", vemos que existe uma desproporção de 288 x 1. Ou seja, o que um ganha em um dia de trabalho, outro recebe em um ano.

As consequências sociais da política neoliberal do governo Collor são trágicas. A taxa de desemprego na Grande São Paulo em fins de 1991 já alcançava 10,5% da PEA, representando 935 mil desempregados (Fundação Seade/Dieese). "De janeiro a outubro de 1991, as empresas do setor de construção civil demitiram 400 mil trabalhadores, especialmente em razão da violenta queda dos investimentos

QUADRO V
Evolução do salário mínimo real urbano
Índices médios anuais (1980 = 100)

Países	1989	1990	1991 (*)
Argentina	69,9	n/d	n/d
BRASIL	72,1	53,4	62,1
Costa Rica	119,4	120,5	n/d
Colômbia	110,8	107,9	107,8
Chile	79,8	87,5	95,5
Equador	47,3	38,6	38,1
México	50,8	45,5	42,5
Paraguai	137,5	131,6	126,8
Peru	25,1	23,4	16,8
Uruguai	78,0	69,1	61,8
Venezuela	64,6	50,7	47,3

(*) estimativa

Fonte: Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe 1991 — CEPAL

Com exceção do Paraguai, transformado numa enorme "zona franca" para as classes médias brasileiras e argentinas, Costa Rica, que sempre mereceu um tratamento privilegiado para servir de "modelo" aos demais países da América Central e do Caribe, e Colômbia, com a decisiva influência do narcotráfico em sua economia, os demais países analisados por CEPAL revelam deterioração salarial. No caso do Chile, a baixa é relativamente pequena porque o índice inicial (de 1980) foi calculado com base em salários extremamente rebaixados nos primeiros anos da ditadura Pinochet.

em obras públicas" (Folha de São Paulo, 14/11/91). Em razão das medidas drasticamente recessivas a que o governo Collor se comprometeu na Carta de Intenções ao FMI, a situação tem-se agravado em 1992. No mês de maio, os desempregados na Grande São Paulo alcançavam 1,226 milhões, 16,1% da força de trabalho (Dieese/Fundação Seadi).

Os salários, que de 1970 a 1979 representavam entre 50,3 a 52% do PIB, estavam reduzidos em 1988 a 38,5%, e, atualmente, a menos de 35% (Dieese). Ao congelar o salário mínimo de Cr\$ 42 mil, em setembro, até janeiro de 92, com uma inflação de 25% ao mês, o governo Collor provocou o maior e mais perverso arrocho salarial (extensivo às aposentadorias e pensões) da história. Em abril deste ano, o poder aquisitivo do salário mínimo estava reduzido a 12% de seu valor original.

principal antídoto contra a inflação: "Zélia convida população a consumir menos carne" (manchete da Folha de S. Paulo, 17/2/91). "Baixo consumo anima Dorothea" (manchete de O Estado de S. Paulo, 15/6/91). "Caem as vendas de alimentos: massas e biscoitos, menos 40%; embutidos de carne, menos 30%; derivados de leite, menos 20%; enlatados, menos 20%; e farinha de trigo, menos 10%; entre setembro e novembro" (Folha de S. Paulo, 28/11/91). "O brasileiro consumiu até 25% menos alimentos no primeiro semestre deste ano. É um resultado péssimo porque 91 já foi um ano em que o consumo caiu 15% sobre o de 1990" — Omar Assaf, vice-presidente da Associação Paulista de Supermercados (Folha de S. Paulo, 5/7/92).

Os brasileiros (apesar de que as dificuldades de vida para a grande maioria da população sempre foram muito grandes),

Lourdes Grzybowski



A pobreza extrema é marca dos países endividados

Os índices de subnutrição do povo brasileiro (especialmente nas regiões marginalizadas como o Nordeste) estão entre os piores do mundo. Entretanto, a política econômica do governo Collor se fundamenta na diminuição do consumo (inclusive alimentos), apresentada como o

movidos por um ingênuo ufanismo, nunca foram de emigrar. Quando dos golpes militares dos anos de 1960 a 1970 no Cone Sul, dois milhões de argentinos, um milhão de chilenos e 400 mil uruguaios abandonaram seus países (a grande maioria aproveitando o pretexto político para

fugir da crise econômica). Do Brasil saíram muito poucos: alguns milhares, somente aqueles que efetivamente corriam sérios riscos ante o terror militar. E praticamente todos voltaram quando da anistia.

Hoje, segundo a revista "Veja", cerca de 630 mil brasileiros vivem no exterior. E, de acordo com a pesquisa feita pela antropóloga Maxine Margolis, da Universidade da Flórida, 90% dos engraxates e 75% das dançarinas de boates de Nova Iorque são brasileiros (O Estado de S. Paulo, 11/8/91).

Ao invés de conseguir o ingresso do País no Primeiro Mundo (como prometia), Collor está levando o Brasil, pela via de um brutal processo de pauperização de mais de 90% de sua população, ao Quarto Mundo. Na hipótese de que consiga cumprir todos os compromissos contidos na Carta de Intenções ao FMI, teremos avançado bastante no processo de "africanização".

O FMI, OS SETE GRANDES E A PERDA DA SOBERANIA NACIONAL

No século passado e nas primeiras décadas do atual, o não-atendimento por parte de um país latino-americano ou caribenho dos compromissos com banqueiros internacionais resultava em intervenções armadas. Era a chamada "diplomacia das canhoneiras". Hoje, a garantia de que os créditos dos banqueiros serão resgatados é proporcionada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os dois organismos criados em Bretton Woods fazem parte da "modernidade capitalista". O duro, duríssimo receituário econômico que eles impõem aos países devedores objetiva fundamentalmente a geração de saldos comerciais positivos que tornem possível o pagamento dos serviços da dívida externa e a remessa de lucros das empre-

J. R. Ripper



A dívida externa estimula o agravamento de questões sociais

sas transnacionais estabelecidas em nossos países.

Essas medidas, é evidente, somente são aplicadas ao sul do Equador aos países subdesenvolvidos. Estados Unidos, especialmente durante a era Reagan e atualmente sob o governo de George Bush, é o campeão mundial de violação da ortodoxia econômico-financeira. O déficit no orçamento da União superou, no exercício 1990 e 1991, os US\$ 300 bilhões e está calculado, para o atual ano fiscal, em mais de US\$ 350 bilhões. A dívida do Tesouro já se aproxima dos US\$ 4 trilhões (75% do PIB) e deverá atingir, segundo alguns especialistas (como Lee Iacocca, presidente da Chrysler) a US\$ 9 trilhões antes do ano 2000).

É óbvio que o FMI não protesta, como não chiou, em 1971, quando o presidente Richard Nixon rasgou os tratados de Bretton Woods, liquidando com a garantia ouro do dólar, na mais fabulosa fraude da história econômico-financeira mundial.

O radicalismo das promessas do governo Collor na Carta de Intenções provocou surpresa e euforia no diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus:

"Eu fiquei muito impressionado com a força do compromisso de determinação das lide-

ranças brasileiras em adotar esse programa. Este vai ser um programa extremamente duro para ser implementado, mas eles (os brasileiros) o vêem como uma realidade e estão determinados a cumpri-lo" (Folha de S. Paulo, 7/12/91).

A Carta de Intenções do Brasil ao Fundo Monetário Internacional é uma completa capitulação do governo Collor às imposições do organismo internacional representativo dos interesses do G-7. Os compromissos assumidos significam a continuidade da política neoliberal de total abertura aos interesses alienígenas, a entrega das empresas estatais ao setor privado (nacional e transnacional), a liquidação das conquistas sociais dos trabalhadores nos últimos sessenta anos — tudo com o propósito de tornar o Brasil mais atrativo ao capital internacional.

Com o pretexto de combater a inflação, continuará (e se agravará) a política recessiva com suas conseqüências: menor capacidade de consumo da população, diminuição das vendas do comércio e da produção industrial, aumento dos níveis de desemprego e subemprego. E, por extensão, da violência de origem social. Tudo isso, sem nenhuma garantia de que a inflação seja

controlada. Depois de dois anos de arrocho brutal, ela apresenta tendências a aumentar...

As últimas negociações com o FMI revelam algo novo no cenário econômico mundial. Eliminada, com a total capitulação da União Soviética, a contradição fundamental em âmbito internacional dos últimos setenta anos — capitalismo x "socialismo" —, os países altamente industrializados, sem adversários no campo ideológico-geopolítico, passaram a exercer o domínio global de forma absoluta. Uma dominação que se manifesta até mesmo em detalhes mínimos. Vejamos.

Revelando toda sua subserviência ao sistema dominante internacional e desobedecendo inclusive ao disposto pela Constituição e pelas decisões do Poder Judiciário, o governo Collor "garantiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que não pagará o reajuste de 147% aos aposentados se o dinheiro tiver que sair do atual orçamento" (Folha de S. Paulo, 19/1/92).

Como as negociações entre o governo Collor e o FMI não estavam suficientemente claras, os governos dos "sete grandes", passando por cima da burocracia do FMI, assumiram diretamente as negociações com Brasília:

"O ministro da Economia voltou a reunir-se com os embaixadores dos países mais desenvolvidos (G-7), no domingo, em Brasília, para eliminar as últimas resistências à aprovação do acordo. Marcílio recebeu uma informação do representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, de que o Japão e a Inglaterra tinham dúvidas sobre a forma de financiamento do pagamento dos 147% de reajuste dos aposentados. O ministro deixou claro aos embaixadores do G-7 que as metas previstas na Carta de Intenções serão cumpridas..." (Folha de S. Paulo, 28/1/92).

O acordo com os bancos privados

O show televisivo do presidente Collor foi montado sobre uma série de inverdades. O que foi acertado no dia 9/7/92 com o comitê assessor dos bancos privados foi simplesmente um "acordo de princípios". O definitivo, caso seja cumprida toda uma série de condições básicas, somente entrará em vigor no primeiro semestre do ano próximo.

Inicialmente, é necessário que pelo menos 95% dos bancos credores (inicialmente eram mais de 700) aceitem as condições estabelecidas. Em segundo lugar, que o Senado homologue as condições impostas e, finalmente, que o Brasil cumpra fielmente os compromissos assumidos na última Carta de Intenções ao FMI.

A anuência dos bancos não será problema, pois o acordo constituirá (caso aprovado) um ótimo negócio para os banqueiros internacionais.

Uma dívida já considerada perdida, incobrável, constituída em grande parte por "títulos podres" (os contratos originais assinados pelos governos da ditadura sem anuência do Congresso e a irregular estatização das dívidas do setor privado pelo Banco Central) será plenamente consolidada: títulos novos, emitidos por um governo eleito democraticamente, além da garantia adicional constituída por bônus do Tesouro norte-americano.

Mesmo na hipótese de que alguns bancos optem pelo desconto de 35% no valor nominal da dívida (a experiência de outros países "beneficiados" pelo Plano Brady demonstra que são poucos os bancos que preferiram essa fórmula), estarão fazendo um bom negócio: os títulos brasileiros eram vendidos há um ano atrás ainda, no mercado paralelo, por 18% de seu valor de face; atualmente, em razão de otimismo originado nas negociações do Acordo já haviam aumentado para 35 cents por dólar.

Os bancos que optarem pela redução dos juros, estabelecidos em até 6% ao longo de 30 anos, estarão tão somente restabelecendo as taxas de juros originais (nos anos de 1960 e 1970, situavam-se em 6,25%, sendo escandalosamente aumentados para

até 21% no início do governo Reagan, em consequência da colonialista cláusula dos juros variáveis). É necessário considerar, além disso, que em consequência da crise que afeta drasticamente a economia norte-americana, as taxas de juros nos EUA baixaram para até 3%.

Apesar de que a Comissão Mista do Congresso Nacional não tenha concluído o exame analítico e pericial da dívida externa, determinado pelo artigo 26 das Disposições Constitucionais Transitórias (o que, na opinião de juristas abalizados, deveria significar a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa até decisão final do STF), dificilmente o Senado — em razão de sua composição conservadora — deixará de homologar o acordo.

Conseqüentemente, o grande obstáculo à plena vigência do Acordo radica na inviabilidade de o Brasil cumprir com as metas estabelecidas na Carta de Intenções ao FMI. Apesar de estar massacrando, sem contemplação, o povo (um exemplo é suficiente: as vendas dos supermercados de São Paulo decresceram, no primeiro semestre deste ano 25% em relação a igual período do ano passado; em 1991 as vendas já haviam sido 18% menores do que em 1990), o governo Collor não está conseguindo cumprir os compromissos com o organismo internacional; não consegue sequer baixar a inflação, estabilizada, apesar das drásticas medidas recessivas, acima de 20% mensais.

Parece evidente que nenhum governo eleito em 1994 terá condições de manter essa política econômica suicida. Para evitar a africanização do País e recuperar a soberania plena do mesmo, a futura administração terá necessariamente que revogar a Carta de Intenções e romper com o FMI. Em consequência, o acordo, previsto para 30 anos (com o aval do FMI) poderá não ter vigência por mais de 3 anos. Isso na hipótese de que o governo Collor não termine muito antes, em razão do eventual "impeachment" provocado pela avalanche de corrupção que inunda o Planalto.

Fantástico! Fabuloso! Os governos das sete potências hegemônicas — comprovando a ociosidade em que se encontram depois da liquidação da União Soviética — tratam do aumento dos aposentados brasileiros...

Depois que os dirigentes do G-7 ficaram convencidos de que os aposentados brasileiros não receberão o aumento neste ano, o FMI aprovou (29/1) a Carta de Intenções brasileira.

Proibido de emitir moeda

para pagar aos aposentados, o governo Collor emitiu, somente em dezembro passado, Cr\$ 1,9 trilhões para comprar dólares, destinados a cumprir os compromissos assumidos na Carta de Intenções... (os dados sobre a emissão são de Folha de S. Paulo, 11/1/92).

Em 26 de junho de 1992, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em última instância, pelo pagamento dos 147% aos aposentados brasileiros, des-

moralizando o compromisso ilegal e atentatório à soberania assumido pelo governo Collor com o FMI e com os "Sete Grandes".

Alguma dúvida de que o governo Collor sacrificou a soberania brasileira em favor dos banqueiros internacionais, do FMI e do G-7?

Paulo R. Schilling é jornalista e ensaísta especializado em temas econômicos e coordena o Projeto Especial sobre Dívida Externa do CEDI.

“E NO SÉTIMO DIA DESCANSOU” (Gn 2.2)

Anotações sobre dívida externa à luz da Bíblia

Milton Schwantes

É difícil abordar o assunto. Já não é fácil perceber os meandros da dívida externa. É ainda mais difícil colocá-la à luz da Bíblia.

Afinal, esta questão pertence aos nossos dias de hoje. Fez-se aguda nestes últimos decênios. Na Bíblia a situação é outra. O contexto econômico é diferente. Por isso, de fato, não é fácil correlacionar as temáticas.

Mas, de todo modo, o desafio é interessante. Para enfrentá-lo se poderia intentar elaborar critérios bíblicos mais amplos, à luz dos quais se colocaria a temática da dívida externa. Seria como deduzir o assunto concreto de conteúdos teológico-bíblicos mais abrangentes. Poder-se-ia pensar em critérios tais como “povo de Deus” ou “justiça”. Por exemplo, em Dt 15.1-6 a categoria do “povo de Deus” é a que define ser impossível praticar a usura em relação aos irmãos de sangue. Em Ex 22.24, vale o mesmo em relação ao pobre: “não agirás com ele como credor que impõe juros”. No profeta Amós, o critério da “justiça”, por certo, é o pano-de-fundo de suas denúncias contra a extorsão dos pobres. Portanto, bem que se poderia partir de critérios mais gerais para ir deduzindo daí certas diretrizes específicas quanto ao assunto concreto da dívida externa.

Preferi ir por outro caminho. Afinal, a questão da dívida externa é mui concreta, histórica. Este assunto tem sua hora. Por isso, me pareceu ser oportuno perscrutar a trajetória histórica dos tempos bíblicos, procurando localizar nosso assunto ou o que lhe fosse semelhante dentro das situações concretas vividas pelo povo de Deus na Bíblia. Portanto, tentarei situar a dívida externa ou seu equivalente dentro dos processos históricos. Passemos, pois, inicialmente a esta sondagem histórica. Depois, tentarei destacar, à luz desta verificação histórica, uma das práticas criadas pelo povo de Deus e que muito contribuiu para fazer frente à opressão e ao endividamento das pessoas: o sábado.

LUTAS CONTRA A OPRESSÃO: HISTÓRIA DO POVO DE DEUS

A Palestina, esse cenário do povo da Bíblia, está na periferia. Está à margem em duplo sentido. Por

um lado, está na periferia dos dois grandes centros do poder do mundo antigo: Mesopotâmia e Egito. Palestina é uma espécie de satélite periférico dessas duas concentrações do poder mundial. Por outro lado, na Palestina, a história do povo da Bíblia se desenvolve numa região específica: nas montanhas. As planícies palestinas sempre foram as mais integradas ao poderio egípcio ou mesopotâmico. Por lá passavam as rotas comerciais. As montanhas palestinas encontravam-se à parte. Mantinham distância das rotas e das planícies. Desenvolviam sua própria vida, à distância das planícies.

A Bíblia é, pois, memória de gente de periferia e de um povo um tanto “escondido” nas montanhas. Nossa temática da opressão, do endividamento e da extorsão internacional é, pois, abordada, na Bíblia, desde uma determinada perspectiva: desde a experiência da margem, de quem luta para não se deixar integrar ou absorver pelas potências e as forças comerciais.

Pode-se distinguir quatro grandes momentos na trajetória histórica dessa gente de montanha:

Tribalismo para fugir do imperialismo!

De 1200 até 1000 a.C. se desenvolve nas montanhas palestinas um novo projeto histórico. É a primeira vez que as montanhas são ocupadas. Até então cidades e povoações se restringiam às planícies.

Estamos no começo da época do ferro. Lugares de difícil acesso até então, como as montanhas, podem ser integrados à produção agrícola. E, além disso, o imperialismo egípcio acabara de sofrer um decisivo revés. Os povos do mar, dentre os quais os filisteus, haviam expulso os exércitos egípcios da Palestina, sem que estes mesmos povos do mar tivessem tido as condições de se fazerem sucessores dos faraós. A Palestina ficava entregue a seu próprio destino, após quatro séculos de imperialismo egípcio continuado.

E, pelo visto, os pobres souberam o que fazer nesse momento histórico especial. Emigraram para as montanhas. E aí reuniram todos que, descontentes com as espoliações egípcias e cananéias, quisessem criar uma nova experiência.

O tribalismo israelita, "as tribos de Javé", foram essa nova experiência nas montanhas. Trata-se aí de um antiprojeto. Negado é o projeto de reis cananeus e faraós egípcios. Afirmado e construído é o projeto dos empobrecidos, do campesinato.

O tribalismo descarta a prática monárquica e imperial-egípcia. Esta se baseava na exploração da mão-de-obra camponesa, para alimentar as cortes cananêias e os luxos faraônicos. As decisões sobre a gente trabalhadora eram tomadas fora. O tribalismo descarta essa opressão.

As práticas tribais estão baseadas na interajuda. Primeiro, na interajuda intrafamiliar, através da qual todos os integrantes de cada família colaboravam entre si, dividindo tarefas e trabalhos, sempre em função do conjunto. Segundo, na interajuda interclânica e intertribal, através da qual clãs e tribos se interajudavam em necessidades específicas, tais como defesa militar, celebração de cultos, casamentos.

No tribalismo, não há, pois, algo que se assemelhasse à dívida externa, justamente porque trata de ser auto-suficiente.

Esse tribalismo é o berço do povo de Deus. É também a manjedoura do javismo. Daí vem a dinâmica do projeto social da Bíblia e de sua proposta teológica. Inicia buscando a superação das opressões e dos endividamentos internos e externos. Na verdade, na Bíblia essa mística sempre se manteve!

Os Estados fomentam o empobrecimento!

Em torno do ano 1000 a.C. o tribalismo é suplantado pelo monarquismo dos Estados de Israel e Judá. E as monarquias marcam a vida do povo até 587 a.C.

Condições internas e externas fazem surgir o Estado, também nas montanhas, uma vez que nas planícies continuou a existir durante o período tribal. Internamente os agricultores mais abastados, os comerciantes emergentes e os sacerdotes dos templos que haviam sido construídos foram os que mais fomentaram o surgimento de instituições estatais, em especial do exército permanente para a proteção dos mais abastados. Externamente a pressão militar dos povos vizinhos e de seus

exércitos mercenários, como os de filisteus e amonitas, acelerou a formação do Estado, primeiro sob Saul, depois sob Davi e, definitivamente, sob Salomão.

Esse Estado se formou num lugar muito específico, isto é, ao longo da rota comercial que liga a planície litorânea através das montanhas, do vale do Rio Jordão à cidade-capital de Amã. Essa rota passa na altura de Jerusalém, a capital do novo Estado! E isso é significativo! Mostra que também o Estado nas montanhas acima de tudo está voltado ao controle de rotas comerciais, está voltado ao comércio internacional. E é óbvio que tal comércio significará empobrecimento para quem produz. Voltaremos à questão mais adiante.



Por ora basta constatar que também a monarquia israelita e judaíta, acima de tudo, foi uma entidade comercial, e Jerusalém um entreposto de compra e venda.

Nos quase cinco séculos de história da monarquia (de 1000 até 587), ocorreram alguns desdobramentos significativos. Mencione alguns:

A monarquia de Davi foi sustentada principalmente através da tributação de outros povos, através do saque internacional. Não chegou a desenvolver a tributação interna, se bem que em pequena escala já a tivesse iniciado. A boa imagem que Davi tem na Bíblia certamente tem a ver com essa pequena tributação interna efetivada em seu governo.

Outro é o momento sob Salomão. Os povos dominados por Davi recuperaram sua autonomia. E Salomão quis montar uma corte de renome internacional, com luxo e requinte. Para pagar esse seu Estado forte, militarmente bem melhor apa-

relhado do que o Estado davídico, teve que recorrer à tributação interna. Realiza-a através de dois modos. Por um lado, organiza uma burocracia de estado, dividindo seu território em doze províncias, para que abasteçam a corte real e as necessidades da elite. Por outro lado, fez edificar o templo, justamente para através dele arrecadar os tributos e demais excedentes dos lavradores. O templo de Jerusalém regulamentou, em conexão com os demais templos de cidades menores, as entradas para o Estado. Sacrifícios, festas, dízimos, dádivas voluntárias, etc. constituíram-se na mais sólida fonte de recursos para a classe-Estado. A importância extorsiva do templo ainda aumentou, quando a burocracia estatal se mostrou ineficiente, decompondo-se em especial após a morte de Salomão, quando seu Estado se dividiu em dois: Israel (norte) e Judá (sul).

Não parece que os monarcas israelitas e judaítas após Salomão tenham introduzido novidades maiores, a não ser a de haverem aprimorado e detalhado a função dos templos como principal instância de arrecadação de tributos. Mudanças mais acentuadas somente vão ocorrer por ocasião do oitavo século. Esse é o período das grandes expansões. Em Israel, em Judá e nos demais povos cresce a vontade de ampliar as fronteiras, de controlar mais rotas comerciais, de ter exércitos mais qualificados, de alcançar mais luxos. Sabemos que essa febre expansionista acabou sendo colhida pela Assíria. Seus exércitos constituíram o primeiro grande império do primeiro milênio, incluindo até o Egito em seus domínios.

Esse expansionismo do oitavo século foi pago pelo campesinato. Sua pauperização foi crescente. E os templos, as práticas religiosas foram aprimoradas para servirem de estímulo a arrecadações cada vez maiores. O expansionismo é aqui abastecido através das atividades religiosas, tão duramente denunciadas por Amós, Oséias e outros.

Observamos, pois, que as monarquias nacio-

nais de Israel e Judá, basicamente, correspondem aos interesses das elites comerciais. O reinado está a serviço do comércio. As coisas a comerciar eram arrecadadas, parcialmente, através da própria burocracia, mas principalmente dos templos, profundamente comprometidos com a tributação da população trabalhadora.

Já por isso esse processo resultou em empobrecimento da população. Isso se fez ainda mais agudo, porque as mercadorias de Israel e Judá não tinham condições de concorrer com as importações. Afinal, o campo palestinese só fornecia cereais e azeite, sem condições de competir com as importações de ferro e ouro, luxo e requinte, madeiras do Líbano. Por conseguinte as

CMI

monarquias levaram o povo ao endividamento externo (1 Rs 9.10-14) e à pobreza interna. A monarquia foi uma espécie de torneira aberta, através da qual fluía para fora o trabalho camponês. Para os trabalhadores, os reis foram uma ruína.

Os templos estavam profundamente comprometidos com a arrecadação das riquezas nacionais. Prestavam, pois, um importante serviço aos monarcas.

Resistência é que não faltou. A atuação dos profetas está comprometida com a defesa dos camponeses e com a denúncia implacável da religião do templo e dos monarcas. Aliás, sem a atuação desses profetas talvez nem tivesse sido preservada a informação a respeito dos monarcas, pois na Bíblia se fala de reis, precisamente, para apresentá-los como maus exemplos de gente dada à idolatria e à injustiça.

Inovações persas

Apartir de 550 a.C., os persas mudaram o mundo. Inovaram profundamente. E o fizeram de modo sábio, pois se mantiveram no poder até 330 a.C.

Nesses tempos, Judá foi colônia. O imperialismo persa já não se baseava mais em súditos ou monarcas locais. Tratou de organizar seu império por conta própria, instaurando um sistema de províncias. Judá estava integrado a uma dessas províncias. E era tão insignificante que nem teve em Jerusalém uma capital provincial.

Função das províncias era a arrecadação de impostos. Não através de templos, como em tempos anteriores, mas através do controle das rotas comerciais, de pedágio e impostos sobre a circulação de mercadorias.

A extorsão era, pois, direta, tanto porque o im-



pério persa acabava por definir o que se deveria produzir em Judá através de seus administradores, quanto porque o império se apropriava de riquezas através dos impostos em Judá. Vivia-se sob as condições coloniais.

E a resistência? De certo modo, tardou! Acontece que aqueles que estiveram no exílio na Babilônia (597 até 538) simpatizaram com os persas. Criam ser esse o projeto a apoiar. Houve, pois, aliança entre os exilados e os persas. O império chegou mesmo a pagar a construção do templo. Encaminhou a reforma sob Esdras, colocando no centro da vida a lei. Delegou Neemias para construir os muros de Jerusalém. Os acontecimentos mais marcantes foram decididos pelo próprio Im-

A atuação dos profetas está comprometida com a defesa dos camponeses e com a denúncia implacável da religião do templo e dos monarcas

pério em comum acordo com setores mandantes na sociedade em Judá.

Dai resultou a centralização da vida em Judá no templo e na lei. Ai havia, por certo, um espaço de identidade nacional, para que esse pequeno grupo dos judeus não acabasse por ser completamente absorvido pelos persas. Nesse sentido, o templo não deixou de ter sua função. Não obstante, foi instrumento na mão das elites locais, principalmente dos sacerdotes que detinham o controle da sociedade. Por conseguinte, a contestação não veio do templo.

Mas, houve. Veio de grupos como os sábios que compuseram Jonas afirmando que a solução não estaria na introversão, mas no convívio com os pagãos. Veio de Rute e de sua luta por pão e terra. Veio de Jó que se rebelou contra a teologia oficialista que afirmava que o justo não empobrece, enquanto que Jó afirma que precisamente o justo empobrece e está desamparado. Esses e outros círculos forjaram a resistência contra os donos do templo e da lei.

Na era persa o templo foi, de certo modo, liberado de sua função extorsiva, espoliativa contra o povo, porque os persas tinham seus mecanismos próprios para efetivar a exploração. Mas, mesmo liberado, o templo não passou a assumir a causa do povo, como fora a intuição de Ageu. Continuou servicial às elites locais, ajudando a manter seus privilégios. Não alcançou passar-se para o lado dos pobres.

Esmagados sob gregos e romanos!

A gregos e romanos devemos um avanço ainda mais radical sobre a gente trabalhadora. Transformaram as pessoas em escravos e as terras em latifúndios. A vida passou a ser gerenciada pelo mercado das pessoas e das coisas.

Isso implicou em que uma religião separatista e diferenciadora, como fora a do templo na era persa, já não fosse possível nem admissível. Sábado e circuncisão, sacrifícios e liturgias separatistas deveriam dar lugar a uma religião que se assemelhasse à própria lógica do Império de escravos. E, enfim, em 70 d.C., o templo de Jerusalém acabou por ser arrasado.

O escravagismo se implantou gradualmente. No início do segundo século, chegara a um certo ponto alto. Jerusalém se ia transformando numa pólis grega, acomodada à cultura helênica. Contudo, os lavradores e o clero menor protestaram. Desencadearam a revolução dos macabeus. E esta, vitoriosa, garantiu a continuidade das práticas religiosas usuais. Porém, poucos anos depois, os próprios líderes da revolução vitoriosa acabaram por adotar a cultura grega. Passaram a oprimir os lavradores. Sua ditadura foi violenta e massacrante. O próprio Novo Testamento o atesta, por exemplo, por ocasião do nascimento de Jesus, quando um dos sucessores dos líderes revolucionários mandou matar duas mil crianças (Mt 1-2). Parece que dentro das condições do mercado escravagista já não é possível uma revolução nacional.

O Novo Testamento busca uma resposta a esse impasse: Como organizar a vida dos empobrecidos em meio a um império totalitário e absoluto, como era o Império Romano do primeiro século? Como os pobres e escravos podem continuar sendo gente apesar da bestialidade do Império?

O Novo Testamento esboça duas diretrizes. Por um lado, desiste da formação de um Estado nacional, ao estilo da experiência macabaica. Ao invés disso, constitui comunidades do amor e da solidariedade entre os empobrecidos, doentes, prostitutas, desempregados e semelhantes. A partir desse "lixo do mundo", como o chamaria Paulo, forja-se a "nova criatura". Por outro lado, o Império não é aceito, se bem que se admita ter que viver sob suas condições, pois é denunciado como besta (Apocalipse), como agente de destruição de vida que, a rigor, já foi vencido, se bem que ainda permaneça. Confiar no Império seria confiar em defunto. O desafio que o Novo Testamento legou à igreja foi o de lidar sabiamente com essa dupla estratégia. Não se poderá dizer que as igrejas tenham sabido administrar esse desafio.

O Império espoliava dentro de sua própria ló-

A Bíblia apresenta a história de seus dias à luz da Palavra de Deus e nos convida a proceder do mesmo modo, também em relação à dívida externa

gica de mercado e de opressão tributária. Empobrecia e massacrava a seu critério. O movimento de Jesus propunha não enfrentar o Império com as armas deste, mas de jeito desarmado, na cruz, para poder quebrar a opressão, assim como o soldado que guardava o crucificado “quebra”, se converte diante da agonia do Cristo (Mc 15.39).

Resumindo

A trajetória do povo de Deus na Bíblia é específica, como pudemos ver. Não poderemos transladá-la diretamente para dentro de nossa situação. Ainda assim as lutas lá havidas não deixam de ser paradigmáticas e exemplares. A Bíblia apresenta a história de seus dias à luz da Palavra de Deus e nos convida a proceder do mesmo modo, também em relação à dívida externa.

Prevalece amplamente o enfoque a partir dos empobrecidos. Não é, pois, a dívida o que importa, mas seu enfoque e sua experiência a partir dos empobrecidos. Importa que as mulheres e os homens esmagados, colocados no reverso da história, apareçam como sujeitos, como protagonistas, também em relação à dívida externa.

E é possível criar novas condições de vida a partir da periferia. Na Bíblia a experiência o mostra, nos tempos tribais e nos de Jesus. É possível quebrar a lógica da morte.

Em torno de templo e monarquia se concentram as forças dispostas a sacrificar as pessoas. A Bíblia denuncia o templo como sendo a instituição que suga as forças do povo, através de suas práticas. O santuário emagrece as pessoas. Torna-as devedoras, devedoras porque em pecado, devedoras porque obrigadas à entrega de produtos e tributos. O reinado é a extensão deste desserviço que o templo presta. Os reis estão assentados sobre as rotas de comércio. Para um povo pobre e periférico como Israel, comércio e empobrecimento são sinônimos. O esgotamento e o endividamento foram os “frutos” mais típicos das monarquias.

Não se poderá dizer que a Bíblia denuncia a dívida externa e desautoriza seu pagamento, se a gente ficar num traslado simplista de nossa situação para dentro das situações da Bíblia ou se a gente quiser buscar um versículo que o fundamente, mas poderemos afirmá-lo tranquilamente

se o fizermos dentro de uma hermenêutica histórica. A memória bíblica nos impulsiona a uma crítica severa do endividamento de uns pelos outros, a um questionamento decidido do pagamento de dívidas, sejam elas contraídas de modo legítimo ou ilegítimo, se a vida do pobre estiver em jogo, e a um distanciamento corajoso da devoção ao poder do dinheiro. E, além do mais, não parece que aqueles escravos hebreus que fugiram das garras do faraó egípcio, rumo à liberdade, se tenham preocupado muito com eventuais dívidas que tenham ficado pra trás!

O QUE IMPORTA É O SÁBADO

Em diferentes temas ou práticas bíblicas, se espelham as experiências do povo de Deus da Bíblia. A bem da verdade, o próprio texto da Escritura está profundamente marcado pelas práticas históricas vividas por quem o criou. Pensei em dar **destaque a um** desses temas e a alguns textos que **o tratam**. Escolhi um desses temas que, no meu **entender**, expressa, de modo marcante, a **resistência desenvolvida**, no decorrer da história de Israel, contra o acúmulo desmesurado, contra a opressão desenfreada, contra a dívida eterna: o sábado. A prática do sábado tem implícito que é preciso e possível barrar o desvario da opressão e exploração.

Destaco alguns textos e me restrinjo a breves comentários, procurando realçar as linhas principais da prática do sábado como força de resistência.

“No sétimo descansarás” (Ex 34.21)

O sábado é uma prática muito antiga, difícil de detectar em suas origens. Ex 34.21 talvez contenha uma das formulações bastante antigas da exigência: “Seis dias trabalharás; mas o sétimo descansarás, quer na aradura quer na colheita”.

O sábado está vinculado ao trabalho, à produção. Nele cessam as atividades. As pessoas podem ficar juntas, descansar, conversar, cultivar a memória, a amizade, o prazer. Quem cria tal exigência, percebeu que há problemas com o trabalho. Não é bom trabalhar demais. Dá problemas de saúde. Produzir demais gera desigualdades.

Parece que os seminômades já o sabiam. Pois neste nosso versículo a partezinha final “quer na aradura quer na colheita” dá a impressão de ser uma atualização do mandamento para o contexto específico da roça. Também aí convém reduzir a produção, contar com perdas.

O sábado é, pois, uma barreira contra o trabalho e os frutos deste. Trata de mantê-los sob controle.

**"... nem tua escrava, nem teu animal..."
(Ex 20.10)**

Em Ex 20.9-11 (veja Dt 5.12-15), já temos o mandamento bastante ampliado. Percebe-se que as contradições sociais forçaram essa ampliação.

Por um lado, aparece uma justificativa para o sábado: Deus também descansou no sábado, por ocasião da criação, e em Dt 5, a justificativa é o êxodo libertador. Ora, se Deus descansou, é completamente impossível pensar que alguém e alguma de suas criaturas não viessem a fazer o mesmo nesse dia. O sábado é uma condição da criação!

Por outro lado, é afirmada sua validade para todos que vivem na casa, obviamente porque os senhores e os mais abastados estavam achando poder reservar o sábado só para si. O mandamento ressalta, pois, que o descanso justamente também é para crianças, para escravos e escravas, para animais, para estrangeiros.

Por conseguinte, o sábado desativa, por momentos, as desigualdades. Barra-as. Protesta contra elas. Afirma que toda a gente criada é igual diante do Criador.

A prática do descanso é, pois, um foco de contestação contra as injustiças e desigualdades.



"Deixarás descansar a terra" (Ex 23.11)

E a prática do sábado não parou por aí. Inseriu-se em novos contextos. É o caso de Ex 23.10-11, o ano sabático. Já não é mais só o dia que importa, mas também o ano. O ritmo da semana é transposto para o dos anos. É fascinante ver quanto criativa se torna a prática do sábado.

Em parte a preocupação é com a natureza, com seu descanso. O solo não pode ser esgotado. A questão aí é ecológica. Trata-se de preservar o ambiente.

Mas, por outra parte, a ênfase novamente é so-

cial. Os alimentos do sétimo ano são para pobres e animais, e estes não eram poucos se a gente considerar que o ano sabático não só vale para a roça mas também para a vinha e o olival.

O sábado é, pois, explicitado no sentido da integridade da criação e da proteção dos empobrecidos. As condições reais ainda não chegam a ser alteradas, mas mantém-se a crítica à injustiça.

"A cada sete anos farás remissão" (Dt 15.1)

Dt 15.1-11 é um texto do sétimo século, do tempo do leuitismo reformista que impulsionou as reformas de Josias (em 622). Novamente é um texto fascinante.

Aí se percebe quão questionante a prática do sábado foi-se tornando. Até então o sábado era uma questão das lides agrícolas. Tinha a ver com plantar e colher e com as injustiças existentes nesse mundo da roça.

Agora, em Dt 15, o sábado é transposto para dentro das relações financeiras. E também aí é aplicado, ou seja, no sétimo ano são canceladas todas as dívidas financeiras contraídas! É que nesses tempos do sétimo século o dinheiro já desempenhava um papel importante na economia. Os

grandes profetas do oitavo século haviam denunciado o mal que prata e ouro estavam causando. Dt 15 tira uma conclusão prática dessas profecias: é preciso pôr sob controle o dinheiro, os empréstimos, os endividamentos! A cada sétimo ano estão cancelados!

O texto até vai ainda mais longe, sabendo que isso não agrada aos senhores do ouro, aos ilustres banqueiros. E radicaliza: no sétimo ano não só haverá remissão, mas também é necessário que os credores não neguem empréstimos tendo em vista

a proximidade do ano da remissão. É preciso em prestar mesmo que já se esteja às vésperas da remissão. O pobre precisa ser ajudado. Sua necessidade está muito acima do dinheiro!

É claro: Em Dt 15 há uma boa dose de utopia. Mas é uma utopia viável, na medida em que os pobres se organizarem para efetivá-la.

"E proclamareis a libertação" (Lv 25.10)

No exílio, esse é o contexto de Lv 25, a realidade exigiu um passo novo. Muita gente fora expulsa de suas terras. Muitos pobres tinham "perdido" suas heranças, como os profetas, desde o oitavo século, o denunciavam. As deportações do sexto século geraram grande dispersão. Muita gente estava sem terra, enquanto que alguns poucos tratavam de apossar-se da terra "perdida" pelos que haviam empobrecido ou abandonada pelos que tiveram que fugir ou foram deportados.

A realidade estava a exigir que os pobres e deportados pudessem retornar a suas terras, qual Rute e Noemi. Mas como justificá-lo diante dos poderosos e dos latifundiários? Como argumentar?

E novamente se recorreu à quase inesgotável memória do sábado que se mostrara tão criativa em defesa dos desfavorecidos. Passou-se, pois, a propor um sábado especial, um sábado que fosse o da plenitude, o resultado de sete vezes sete anos sabáticos: o ano jubileu. É o ano da reforma agrária. Cada qual pode retornar às terras de seus antepassados e reassumir suas posses! E quem tiver sido escravizado está definitivamente livre.

É a libertação da terra e das pessoas! A Bíblia não teve medo de sonhar com tamanhas maravilhas e de começar a praticá-las!

"E no sétimo dia descansou" (Gn 2.2)

O sábado já fora reivindicado, em tempos do Código da Aliança (Ex 21-23), no décimo século, em favor da libertação dos escravos. No sétimo ano os escravos tinham direito à liberdade (Ex 21.1-11). Portanto, o uso do sábado em favor da libertação do escravo representa uma tradição antiga. Mas, em todo caso, sua expressão maior ela encontra em Gn 1 (Gn 1.1 até 2.4a).

Gn 1 é a obra dos exilados na Babilônia. Eram escravos, trabalhavam sob as ordens dos babilônios. Eram explorados ao máximo.

Pois esses exilados escravizados compuseram Gn 1, fazendo culminar toda a história da criação do sábado, em que tudo o que Deus criara nos dias anteriores encontra seu auge e seu sentido. Sem sábado a criação perde seu gosto.

É óbvio que esses exilados celebravam a me-

A prática do sábado tem implícito que é preciso e possível barrar o desvario da opressão e exploração

mória da criação nestes termos, fazendo recair o auge no sábado, porque estavam a reivindicar diante dos babilônios o direito ao descanso semanal, o direito de se reunir nesse dia, de cultuar seu passado, de se preparar para o regresso à terra de Israel. Não queriam esquecer seu passado e nem perder de vista seu futuro, por isso cantavam e contavam que o próprio Deus descansara.

O sábado barra o poder dos vencedores. Favorece a resistência dos vencidos. O sábado é, pois, na Bíblia, mística dos pobres. E foi isso que estava sendo esquecido em tempos do Novo Testamento. O sábado perdera seus vínculos com a libertação. Valia por si, em especial para os melhores situados. Os pobres já não tinham sábado. Daí se entende a atitude de Jesus.

"O sábado foi feito para as pessoas" (Mc 2.27)

A fome era uma das marcas do povo na Palestina do primeiro século, sob as opressões do Império Romano. A fome real era ainda agravada pelas imposições legalistas dos fariseus. Afinal, eles haviam alterado profundamente a função do sábado. Ele que fora uma tradição e um memorial dos pobres e de suas lutas por pão e terra, como que os excluía. Celebrar o sábado tornara-se algo tão complexo que só a elite tinha condições de fazê-lo. As regras eram tantas que o sábado vivara coisa de rico e especialista. Os pobres, estes protagonistas originais do sábado, estavam à margem.

A história de Mc 2.23-28 recoloca o sábado na mão dos necessitados e pobres. Retoma a memória original do descanso. E o faz de modo radical.

Por outro lado, afirma que o sábado é o dia em que o direito à propriedade privada já não vale. Está suspenso como estivera suspenso nos tempos do Antigo Testamento, no ano sabático, no ano da remissão, no ano do jubileu. Sábado é dia para invadir a terra. Dia para conquista de chão para trabalhar e viver. Pois, a fome está acima de direitos privados. A fome dos discípulos de Jesus, dos pobres, transcende.

Por outro lado, o sábado põe em cheque a própria religião, à qual só alguns poucos especialistas e sacerdotes têm acesso. É o dia em que as leis do sagrado estão suspensas. A gente pode apropriar-se até dos "pães da proporção que só os sacerdotes comer" (v.26). Sábado é dia para invadir igreja.

No movimento de Jesus, o sábado é reapropriado pelos pobres. Os fariseus haviam expropriado os empobrecidos de sua cultura religiosa. Haviam aprisionado o sábado em suas regras. Em Jesus, estas são quebradas, de ponta a ponta, e o sábado passa a ser redignificado pelas mulheres e os homens marginalizados.

"Perdoa-nos as nossas dívidas" (Mt 6.12)

Esta petição do Pai Nosso não está diretamente relacionada à memória do sábado. Mas, também não lhe está muito distante. Cabe em seu âmbito.

Afinal esta petição implica em criar barreiras, em fazer cortes no avanço de dívidas e ofensas. (A tradução por "dívidas" é a mais adequada ao texto original. Nas "dívidas" as "ofensas" estão incluídas. O contrário já não se poderia dizer. Por isso, convém que se mantenha decididamente a tradução por "dívidas"). Essa idéia da interrupção da avalanche de endividamentos, por certo, está muito próxima da tradição do sábado. Para que os pobres tenham vida, para que sejam felizes, como se diz no cabeçalho do Sermão do Monte (Mt 5), é preciso romper com as dívidas. Se a dívida se mantém, os pobres não serão felizes.

A prática do descanso é, pois, um foco de contestação contra as injustiças e desigualdades

É interessante que o corte da dívida é uma petição entre a que pede por pão para o povo e por superação da tentação. Pão e tentação se excluem, porque tentação justamente é a devoção ao dinheiro, ao *mámon* (Mt 6.24). Onde manda o dinheiro, não há "pão nosso de cada dia". Por isso, é preciso quebrar o poder da tentação, do dinheiro, do capital, da dívida. Não há pão sem que o poder da dívida esteja quebrado. Por conseguinte, as três petições dessa segunda parte do Pai Nosso se complementam umas às outras: Pedir pelo pão para todos e negar-se a pagar a dívida são gestos complementares.

Há quem diga que não devemos falar em perdão da dívida, porque nesse caso estaríamos admitindo sua legitimidade, quando na verdade a própria dívida é mera invenção contábil. O dinheiro que supostamente devemos nunca deu entrada; a dívida não foi contraída pelos pobres. Esse argumento por certo confere. Contudo, não me parece que a Bíblia lida de modo tão "matemático" com dívidas e ofensas. Para ela, dívida é algo mais

complexo que existe até quando não há culpa formal. Quando a Bíblia propõe perdão, não necessariamente propõe que, antes, se desvende toda a origem do pecado. Perdão justamente deixa o passado ser passado, para que se comece de novo, para que se quebre o que está aí, independente de toda maldade que esteja implícita nessa situação de falta de pão e de devoção à tentação/*mámon*. Nesse sentido, podemos sim propor perdão, o que aliás até faria bem para os próprios credores e todo mal que causaram aos mais pequeninos, às irmãs e aos irmãos prediletos de Jesus. Este perdão será um bom sábado para todos!

Concluindo

A memória do sábado é uma dessas tradições fortes e marcantes da Bíblia. E é memorial dos pobres, do início ao fim. Quando nas igrejas celebramos o sábado, pedimos licença aos empobrecidos para poder participar de sua cultura e de suas conquistas, pedimos permissão ao Cristo, marginalizado e crucificado, para participar de seu mistério, de sua nova criatura que aflora desde o "lixo do mundo".

Afinal, é no sábado que a própria criação alcança sua plenitude. No-lo dizem aqueles escravos do exílio que nos legaram Gn 1: sem o descanso da gente trabalhadora, a criação não chega a seu objetivo, o Criador não considera que tudo esteja bom.

O sábado é qual barreira. Barra a exploração. Barra a expropriação. Anula as dívidas. Desativa o escravagismo. Desfaz o direito da propriedade. Ao celebrarmos os sábados/domingos em nossas igrejas, afirmamos continuamente que a dívida não pode ser, não faz sentido, está liquidada, está paga, já era.

O sábado é uma dessas tradições de fantástico dinamismo dentro da Bíblia. Atualizou-se sempre de novo. Desdobrou-se criativamente. E os agentes, os sujeitos, os portadores, os anjos intérpretes desta continuada atualização foram os empobrecidos, escravos e escravos, exilados e deportados. O sábado é o que é certamente por ser memória a partir da base, a partir dos injustiçados. Neste sentido, é uma ferramenta valiosa nas lutas contra a opressão, injustiças e dívidas — internas, externas ou eternas!

Milton Schwantes é biblista, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Texto publicado na Série "Palavra na Vida" nº 31/1990 — CEBI-Sul.

"SOMOS CO-RESPONSÁVEIS PELOS DESTINOS DA NAÇÃO"

Conseqüências sociais, políticas e econômicas da dívida externa e linhas de ação para as Igrejas e organismos ecumênicos

Reunidos em consulta nacional sobre a dívida externa, nos dias 27 a 30 de março de 1989, na cidade do Rio de Janeiro, nós, os representantes de igrejas cristãs, com a participação de observadores de igrejas de outros países da América do Norte e da Europa, de instituições especialmente convidadas, analisamos amplamente os efeitos do endividamento de nosso país sobre a vida nacional. Em espírito de oração e comunhão, procuramos, na inspiração da Bíblia e a teologia, buscar os critérios para uma avaliação cristã da dívida externa que pesa sobre o povo brasileiro. Procuramos examinar os dados à nossa disposição, ouvindo a estratégia da política oficial do governo, de alguns dos presidentiáveis, de parlamentares, dos trabalhadores e dos nossos assessores. Procuramos nos inserir na linha de análise da questão, seguindo três seminários anteriores e outros encontros das igrejas, em nível internacional, sobre o mesmo assunto.

A consulta chegou à elaboração das considerações e recomendações que se seguem, as quais compartilhamos e submetemos às igrejas e ao povo brasileiro em sua nova caminhada democrática.

I — O PESO DA DÍVIDA EXTERNA SOBRE O POVO BRASILEIRO

Aflige-nos tanto o montante da dívida — US\$ 115 milhões — quanto o pagamento já efetuado

no decorrer dos dezesseis últimos anos, de 1972 a 1988 — US\$ 176 bilhões. Aflige-nos que a dívida e seu pagamento estejam subordinados às decisões do governo de um outro país — os EUA — a quem pertence a moeda usada hoje como meio de trocas internacionais. Aflige-nos a descapitalização do Brasil, que entre 1980 e 1987 transferiu US\$ 50,4 bilhões a mais para o exterior do que as divisas que entraram no País. Aflige-nos também o elevadíssimo custo do serviço da dívida — US\$ 17 bilhões, em 1988 (conforme a Fundação Getúlio Vargas).

Causou-nos impacto a revelação de que os juros pagos em 1988 correspondem aproximadamente a 266 milhões de salários mínimos, a 81,7 mil salas de aulas para 60 milhões de alunos ou 7,7 milhões de casas populares, suficientes para cerca de 30 milhões de pessoas! Com esse pagamento o Brasil perdeu, por causa da transferência de capitais, a possibilidade de implementar qualquer programa social relevante.

A fim de pagar esta enorme quantia, a economia foi direcionada para a exportação e não para o mercado interno. A fim de que nossos produtos sejam baratos para competir no mercado exterior, os salários devem ser necessariamente baixos e os juros internos altos. A fim de diminuir o consumo interno e para que haja excedentes exportáveis, é necessário que seus preços sejam altos no mercado interno, para que o povo não possa consumi-los.

As conseqüências estão aí: o aumento da miséria e da pobreza, a fome, a saúde precária, o inchamento das favelas, a pros-

tuição, o analfabetismo, o menor abandonado e a violência urbana e rural.

II — A DIMENSÃO POLÍTICA DA DÍVIDA

Fica assim evidente que a dívida externa não é uma questão meramente técnica que interessa somente aos tecnocratas, obedientes à fria lógica do mercado. Ela tem repercussões sociais tão graves que precisa ser compreendida e tratada como uma questão política.

É fundamental perceber que, em decorrência da forma pela qual a dívida vem sendo tratada, o controle do sistema de amortização do principal e do pagamento dos juros não está nas mãos do Brasil, mas de seus credores no exterior. Isso significa que medidas de importância fundamental para a economia do País são tomadas no estrangeiro, o que caracteriza o enfraquecimento da soberania nacional.

Outro fator desse enfraquecimento é a inviabilização do desenvolvimento científico e tecnológico, o que mantém o País na dependência do exterior, aumenta ainda mais a dívida e que reforça esta mesma dependência.

Outro elemento que demonstra o caráter político da dívida externa é o fato de que o Estado brasileiro está cooptado pela força da aliança das elites econômicas transnacionais, que não têm qualquer compromisso de lealdade para com os interesses da sociedade brasileira. Com isso o povo não participa das grandes decisões que afetam o tratamento da dívida e dizem respeito a ele próprio.

Para que o governo supere sua impotência diante das imposições do capital internacional,

torna-se fundamental que ele tenha ampla aceitação popular e suporte político. Somente assim poderá readquirir a credibilidade necessária, tanto interna como externamente.

III — A DIMENSÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA DA DÍVIDA

Somos da convicção de que a questão da dívida externa não pode ser tratada como se fora uma dimensão estanque da vida nacional. Ao contrário, porque sua existência decide a vida e a morte das pessoas, ela precisa ser abordada por nós, cristãos, também a partir de um enfoque bíblico-teológico.

Não admitimos que a economia seja regida por uma lógica autônoma e inquestionável, tanto assim que recorre também a uma teologia para justificar-se. A lógica da economia devia estar a serviço do bem-estar de todas as pessoas, do convívio e relacionamento humanos e da humanização dessas relações. Mas, ao contrário, ela se fundamenta numa teologia da morte.

Além disso, a Sagrada Escritura testemunha que as questões econômicas — condições fundamentais para a vida plena — são tratadas dentro da fé e da esperança de Deus.

É tarefa dos cristãos, por um lado, anunciar esse fato, e, por outro, desmascarar essa teologia da morte sobre a qual a economia vem sendo erigida.

IV — TOMADA DE POSIÇÃO ESTRATÉGICA

À luz de todas estas considerações e crendo que, como cristãos, somos co-responsáveis pelos destinos da nação brasileira, afirmamos nossa convicção de que a presente dívida externa não deve ser paga, porque já o foi, e porque a continuidade de seu pagamento somente agravará mais ainda a espoliação do já sofrido povo de nossa pátria. Sabemos

que esta tomada de posição levantará inevitáveis conflitos de interesses. É nossa escolha estar ao lado das maiorias empobrecidas de nosso país.

V — LINHAS DE AÇÃO

Certos de que a elucidação da questão da dívida externa depende de uma ampla e profunda discussão com toda a sociedade sobre sua realidade de implicações, apresentamos, como subsídios, estas posições e tomamos a liberdade de sugerir as seguintes linhas de ação para viabilizar a estratégia postulada acima.

1. Que o Conselho Mundial de Igrejas crie um programa ecumênico para o combate à dívida externa, em nível mundial (semelhante ao Programa de Combate ao Racismo), também com vistas ao surgimento de uma nova ordem econômica internacional;

2. Que o Conic promova uma campanha nacional (nos moldes da Campanha da Fraternidade) de esclarecimento à opinião pública sobre a dívida externa;

3. Que o Conic se corresponda com igrejas e organizações ecumênicas do Primeiro Mundo, insistindo na importância da participação de técnicos e líderes populares do Terceiro Mundo, nos debates promovidos por elas sobre a dívida externa;

4. Que o Conic solicite oficialmente ao Ministério da Fazenda dados sobre a dívida externa e os divulgue entre as igrejas;

5. Que o Conic encaminhe ao Congresso Nacional a insistência da consulta para que sejam agilizados os trabalhos de auditoria da dívida, tal como prevê a nova Constituição do Brasil, porém incluindo também representantes de organizações da sociedade civil;

6. Que as igrejas-membros do Conic promovam encontros populares ecumênicos regionais

para continuar o debate sobre a dívida externa;

7. Que as igrejas procurem criar o máximo de oportunidades de intercâmbio com as igrejas irmãs dos países credores para a discussão do problema da dívida externa e de uma nova ordem econômica internacional;

8. Que as igrejas desenvolvam uma pastoral política ampla, na qual se inclua o debate da dívida externa;

9. Que as igrejas orientem os seus membros a que adotem, como um dos critérios fundamentais para a escolha do seu candidato à Presidência da República, a posição que este adote em relação à dívida externa;

10. Que as autoridades eclesásticas divulguem em todas as oportunidades diante da opinião pública a posição sobre a dívida externa assumida nesta Consulta;

11. Que as igrejas, fiéis à sua vocação de serviço e respeitando a dimensão religiosa do povo, cumpram seu dever de efetivamente apoiar e compartilhar as iniciativas da organização popular na linha da construção de uma nova ordem econômica, política e social, que corresponda às necessidades e anseios das maiorias oprimidas, revelando assim sinais concretos da construção do Reino de Deus;

12. Que a CNBB estude a possibilidade de adotar a questão da dívida externa como tema da Campanha da Fraternidade;

13. Que as sugestões e propostas enunciadas nos seminários anteriores sejam implementadas com a maior urgência.

Documento final da Consulta Nacional "Igrejas e Dívida Externa", promovida pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) — 27-30 de março, 1989.

IGREJAS E ENTIDADES ECUMÊNICAS MANIFESTAM-SE SOBRE DÍVIDA EXTERNA

A partir do momento em que a questão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo não é apenas econômico-financeira mas tem implicações de toda ordem (sociais, políticas, religiosas, éticas, etc.), igrejas e entidades ecumênicas têm-se debruçado sobre o tema. Um dos resultados são algumas posições críticas a respeito do endividamento externo e recomendações para pressões junto às instâncias decisórias e ações conjuntas de igrejas e outros segmentos da sociedade civil, que o SUPLEMENTO DEBATE apresenta abaixo.

Declaração do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas sobre as dívidas do Terceiro Mundo

Agosto de 1985

O documento analisa a conjuntura econômica internacional, cujas políticas limitam as possibilidades de desenvolvimento autônomo dos países, e apresenta as perspectivas bíblico-teológicas a partir dos anúncios dos profetas (Antigo Testamento) e de Jesus Cristo (Novo Testamento). Com base nessas análises, "exorta as igrejas e o movimento ecumênico a se dirigirem a seus próprios membros, aos governos, aos peritos em economia e à opinião pública para que considerem: a) a necessidade urgente de fazer uma reavaliação das dívidas, limitar as taxas de juros e ampliar os prazos de pagamento das dívidas do Terceiro Mundo; b) a possibilidade de cancelar totalmente as dívidas dos países menos adiantados;

c) a necessidade imperiosa de cooperar com as organizações das Nações Unidas e fortalecê-las, a fim de estabelecer uma ordem econômica internacional mais justa, e, particularmente, reestruturar o sistema financeiro internacional de acordo com os princípios de universalidade, representação equitativa, responsabilidade e justa remuneração dos trabalhadores; e d) a necessidade de que os ricos compartilhem o custo das políticas de reajuste que precisem ser aplicadas."

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", CEDI, Rio de Janeiro, 1989, p. 161-3)

Mensagem Episcopal da Igreja Metodista do Brasil

Setembro de 1985

Carta dos bispos metodistas refletindo sobre temas sociais e políticos. Discute quatro questões centrais do País: reforma agrária, dívida externa e interna, armamentismo e indigenismo. Quanto à dívida externa afirma: "A falta de clareza a respeito de nossa dívida externa tem deteriorado o sistema de relações entre os diversos grupos e tendências econômicas de nossa sociedade pela dificuldade de se estabelecer uma razoável confiabilidade quanto aos dados, fatos e decisões. Carecemos de maior transparência sobre este assunto e promover a discussão do tema em nível mais amplo. As conseqüências da política e prática anteriores não podem recair diretamente sobre o povo brasileiro, impondo-lhe um ônus econômico e social maior do que ele pode suportar."

Documento da Pontifícia Comissão Justiça e Paz

Fevereiro de 1987

A partir de uma análise da problemática da dívida externa, oferece uma reflexão inspirada no Evangelho sobre a dívida em si e acerca do conflito entre devedores e credores.

Chama a atenção dos políticos, técnicos e autoridades em geral envolvidos com a questão das dívidas externas, para os aspectos éticos que estão relacionados a este problema. Conclama a solidariedade, auxílio mútuo e compreensão entre países endividados e devedores para que se encontrem soluções para as dívidas, sem prejuízos do desenvolvimento dos devedores.

(Publicado na edição em português de "L'Osservatore Romano" — 8 de fevereiro de 1987 — e em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 165-88)

Declaração de Igrejas da Argentina, Brasil e Alemanha Federal

Abril de 1987

Reflexão de caráter ecumênico a respeito da crise econômica gerada pelas dívidas externas dos países do Terceiro Mundo. Entre as propostas estão:

- auditoria imparcial para verificação da legitimidade da dívida, reavaliação da mesma e seu cancelamento parcial;
- a redução da taxa de juros abaixo dos juros de mercado e a redução das dívidas, tanto quanto os juros dos anos passados que foram exorbitantes;
- criação de um "Clube de Devedores", à semelhança do Clube dos Credores, o Clube de Paris;
- maior participação nas decisões dos próprios países endivi-

dados nas entidades financeiras internacionais;

- controle da fuga de capitais, tanto nos países endividados como nos países credores. Para tanto, será necessária uma política econômica confiável, que possa tornar atraentes para o capital de fuga investimentos econômicos em seu próprio país;

- incluir nas negociações da dívida aquelas contraídas por empresas transnacionais;

- o reconhecimento por parte dos países industrializados do direito de os países empobrecidos buscarem vias próprias de desenvolvimento, sem que se vejam obrigados a optar entre Leste e Oeste.

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 205-8, e SEDOC, 20/205, Ed. Vozes, set-out/1987, pp. 160-3)

Desafio às Igrejas:

a questão da dívida externa CONIC/CESE

Março de 1988

Reflexão conjuntural e teológica sobre a dívida externa. Entre outros pontos, destaca: "Nossa atenção deteve-se, no entanto, no fato de que a dívida externa é hoje um dos mais poderosos instrumentos políticos de opressão, uma vez que, em função de nossa dependência determinam-se as decisões de nossos governantes; submetemo-nos à política dos grandes organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris; voltamo-nos inteiramente para uma política de exportação à custa do empobrecimento do nosso povo; temos uma política recessiva (com todas as suas consequências sociais), uma política inflacionária descontrolada, que nos confunde e deixa perplexos quanto ao futuro. Nossa dependência, a exigência de pagamentos do serviço da dívida, a submissão às normas dos órgãos in-

ternacionais mencionados, impedem nossos projetos de longo alcance e, enfim, tolhem totalmente a possibilidade de criar uma nova sociedade mais solidária e fraterna. Esta política, infelizmente, tem a convicção de muitos brasileiros que, aliados ao capital internacional, têm usufruído vantagens em todo o processo."

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 201-4)

Apelo por um Compromisso Coletivo pela Democracia

Agosto de 1987

Análise crítica da situação do País, levantando pontos que precisam ser discutidos politicamente: dívida externa, reforma agrária, política salarial. (Anterior ao documento principal sobre a dívida externa)

Reafirmação do Apelo por um Compromisso Coletivo pela Democracia

Junho de 1988

Pronunciamento em reforço ao documento "Apelo por um Compromisso Coletivo pela Democracia". Nesta mensagem, assume uma postura de caráter mais profético, ousado e exigente da justiça.

Superação da crise do endividamento: questão central do relacionamento entre o Norte e o Sul — Igreja Evangélica na Alemanha (EKD)

Maio de 1988

Posicionamento da Câmara Eclesial de Ajuda para o Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha sobre o endividamento dos países do Terceiro Mundo. Afirma que existe uma obrigação de natureza ética em contribuir para que se encontre

uma solução viável do endividamento. Analisa a ordem econômica internacional, a política do FMI e apresenta propostas como o cancelamento total ou parcial das dívidas externas.

(Editado em português pelo Secretariado da EKD. Hannover, Alemanha)

Fórum ecumênico sobre o sistema monetário e a responsabilidade das Igrejas

Agosto de 1988

Propõe uma nova ordem econômica internacional e incentiva o engajamento dos cristãos nessa luta. Além dos estudos de propostas específicas de novas políticas econômicas, o documento apresenta aspectos da participação dos cristãos:

- "A crise da dívida expôs abertamente ao mundo os mecanismos ocultos de dominação e dependência, pelos quais a maioria dos povos do mundo está sendo estrangulada. À medida que esses fatos se tornam visíveis, os cristãos têm que admitir que eles mal começaram a lidar teologicamente com as relações econômicas.

- Em situações de pobreza e opressão, as pessoas começaram a se organizar. Elas não esperam mais nada das instituições e tomaram seu destino em suas próprias mãos. Isso é um sinal de esperança.

- Os cristãos nos países poderosos são desafiados a entrar em uma solidariedade ativa com esses movimentos populares e a ficar a seu lado em sua luta pelos direitos humanos.

- Deve-se reconhecer que a maioria das igrejas e principalmente seus membros da classe média são antes parte do problema do que agentes para a sua solução. É a sua passividade e o seu farisaísmo que devem ser superados.

■ A necessidade de unir esforços por parte do Conselho Mundial de Igrejas e outras agências ecumênicas para desenvolver e fortalecer os laços de solidariedade ecumênica entre as pessoas e grupos que lutam pela justiça. Novas iniciativas devem ser tomadas para estabelecer redes de mútuo fortalecimento, a fim de enfrentar e resistir às instituições dominantes, cuja influência tende a erodir os princípios democráticos fundamentais.

A crise está aí. O chamamento é claro. Confiando em que o Reino de Deus está próximo, continuamos a caminhada e Deus estará à nossa frente."

(Publicado em "Tempo e Presença" nº 236, nov/1988, CEDI, Rio de Janeiro, RJ, pp.39-41, e "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp.189-99)

Considerações éticas — Christian Ald

Considerações éticas para o tratamento da crise da dívida, extraídas do ensinamento bíblico, da tradição cristã e dos princípios morais em geral. Entre elas estão: prioridade para os pobres, remissão da dívida, revisão das formas originais dos contratos e dos juros, necessidade de moralidade das instituições.

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 213-223)

Veredito do Tribunal Permanente dos Povos Setembro de 1988

Indica as contradições entre as políticas do Banco Mundial e do FMI com as intenções da Carta nas Nações Unidas, e também com as suas próprias constituições.

Apresenta como negligência a concessão de empréstimos sem examinar, de forma apropriada, as necessidades das nações devedoras e as possibilida-

des de as nações devedoras pagar seus débitos. Afirma o não-pagamento da dívida como princípio justo de necessidade de defesa.

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 225-27)

Declaração de organizações não-governamentais alemãs Setembro de 1988)

Após avaliação sobre a situação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, afirma que "é inevitável valorar de novo as dívidas, não só de acordo com categorias da técnica de finanças como também de acordo com as categorias políticas. Igualmente as categorias da capacidade de sobrevivência e da tolerância social e ambiental devem merecer mais consideração que até agora. Esperamos do governo federal, dos bancos comerciais alemães, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que baseiem suas decisões e atuações nessas categorias. As organizações não-governamentais apóiam, além disso, as reivindicações por uma nova ordenação das relações econômicas internacionais. As condições vigentes do atual sistema econômico do mundo têm de ser negociadas novamente e modificadas no interesse dos países do Terceiro Mundo. Não só os países em desenvolvimento como, ainda mais, os países industrializados devem fazer esforços de adaptação quanto a suas economias nacionais.

Não será possível mudar a situação de desesperança de muitos países apenas pela remissão das dívidas. É necessário proceder a modificações básicas da economia mundial para que tenha lugar o desenvolvimento."

(Publicado em "Dívida Externa e Igrejas: uma visão ecumênica", pp. 209-12).

"Somos co-responsáveis pelos destinos da Nação"

Março de 1989

Considerações e recomendações das igrejas cristãs, tratando do peso da dívida externa sobre o povo brasileiro e as dimensões política e bíblico-teológica. Apresenta as linhas de ação envolvendo: programa ecumênico de combate à dívida externa em nível mundial; esclarecimentos à opinião pública; articulação entre as entidades; debates em encontros populares; "pressão" junto ao Estado e às autoridades eclesásticas.

(Publicado em "Tempo e Presença" 241, Rio de Janeiro, RJ, maio/89, pp. 25-6)

Declaração de Kingston Junho de 1990

Análise política e econômica da dívida externa da América Latina e Caribe, apresentando o seu pagamento como "moralmente condenável". Apresenta fundamentação teológica contra a idolatria — principal pecado das sociedades opulentas — e em defesa do dom da vida — base da ética cristã.

Declaração dos primazes anglicanos sobre a dívida externa

Setembro de 1991

Chama a atenção das igrejas para a dominação que os países do Norte exercem sobre os do Sul. Incentiva as igrejas a se libertarem da sua cumplicidade com os sistemas econômicos injustos e exercer pressão sobre os órgãos decisórios das políticas econômicas.

(Publicado em "Estandarte Cristão" nº 98 (1709), out-nov/1991, Porto Alegre/RS, p. 19. Jornal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil)

Pesquisa: Setor de Documentação do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

O DESAFIO DE REFLETIR, ASSESSORAR E MOBILIZAR

PROJETO DÍVIDA EXTERNA E CONJUNTURA DO CEDI

O Projeto sobre Dívida Externa foi concebido em 1988 como resultado do reconhecimento, por parte do CEDI, de que a dívida externa representava um fator central, e até determinante, na crise econômica que se abateu sobre o Brasil na década de 1980. Esta preocupação era compartilhada por outras organizações não só no Brasil e América Latina mas também nos países da Europa e América do Norte.

Essa constatação levou um conjunto de organizações ecumênicas e ONGs (organizações não-governamentais) da América Latina e Europa a constituir, em 1987, o Fórum sobre Dívida e Desenvolvimento (FONDAD), uma rede internacional ligando organizações da América Latina, Europa, África e Ásia com o objetivo de estabelecer uma estratégia comum de pesquisa, reflexão e ação em nível nacional e internacional.

Os objetivos principais de FONDAD são:

- Pesquisar o processo de endividamento do Terceiro Mundo e seus efeitos econômicos, políticos e sociais.
- Promover o diálogo permanente entre as organizações participantes visando o intercâmbio de informações e a formulação de propostas alternativas.
- Produção de argumentos técnicos, políticos, éticos e jurídicos com o objetivo de fortalecer a posição dos países endividados frente ao sistema financeiro internacional.
- Desenvolver atividades de educação e informação da opinião pública nacional e internacional sobre os efeitos nocivos

da dívida externa para os povos dos países endividados.

- Organizar campanhas e ações conjuntas de pressão sobre os centros de poder do sistema econômico e financeiro internacional (governos, Banco Mundial, FMI, bancos privados etc).

ATIVIDADES NO BRASIL

No Brasil o Projeto tem concentrado seu trabalho na produção de conhecimento e assessoria e mobilização de diversos setores da sociedade civil.

Em relação à produção de conhecimento, o Projeto produziu um ciclo completo de pesquisas e publicações abordando as questões econômicas, sociais, éticas, políticas e jurídicas relacionadas ao endividamento brasileiro (*ver última página deste suplemento*).

Na área de assessoria e mobilização da sociedade civil, o Projeto contribuiu ativamente para a construção do consenso em torno do não-pagamento da dívida. Este consenso está baseado nos diferentes estudos preparados pelo Projeto e está registrado na posição oficial assumida pelas igrejas reunidas no CONIC, pelas centrais sindicais da América Latina e da África, pelas dezenas de organizações que participaram do Encontro Nacional sobre a Dívida Externa realizado em 1989 e pela OAB.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

O Projeto não se dedica somente ao estudo da dívida externa. Ao contrário, entende que a dívida é somente a ponta de um imenso iceberg cuja base é o modelo

econômico hegemônico no mundo que ultrapassa as fronteiras políticas, geográficas e econômicas nacionais.

Por isso o Projeto dedica-se também ao acompanhamento da conjuntura nacional e internacional procurando identificar os componentes principais da estratégia neoliberal hegemônica no mundo. E um dos componentes principais dessa estratégia são os projetos de integração econômica regional que estão sendo impulsionados pelo capital transnacional.

Por essa razão, a partir de 1991 o Projeto tem-se dedicado ao estudo do Mercosul, projeto de integração que está em fase de implantação pelos governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Nesses estudos o Projeto tem identificado os aspectos negativos do Mercosul para as populações dos quatro países envolvidos, ao mesmo tempo em que tem apontado para a necessidade de um amplo debate nacional sobre as condições apressadas e sem critérios nas quais os governos dos quatro países estão implementando o projeto.

Nesse sentido o Projeto tem trabalhado em estreita colaboração com igrejas, sindicatos, organização de pequenos produtores e setores acadêmicos dos estados do sul do Brasil e também com organizações similares na Argentina, Uruguai e Paraguai.

O objetivo principal destas atividades é conseguir, a curto prazo, o adiamento na implementação do Mercosul. A longo prazo o objetivo é introduzir no projeto mecanismos que protejam os legítimos interesses dos povos dos quatro países.

DICAS PARA LEITURA

DÍVIDA CONTRA O DIREITO

João Luiz Duboc Pinaud

59 páginas — Cr\$ 16.000,00

Detalhamento completo da engrenagem jurídica e legal na qual se assenta o endividamento externo brasileiro. Ampla abordagem da origem e do crescimento da "dívida", suas causas e efeitos.

ITAIPU: GEOPOLÍTICA E CORRUPÇÃO

Paulo Schilling/Ricardo Canese

53 páginas — Cr\$ 12.900,00

Denúncia contundente do acordo de cúpula Brasil-Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Uma análise profunda e rigorosa do histórico, dos aspectos econômicos, financeiros e energéticos da "maior do mundo".

CONVERSÃO DA DÍVIDA E MEIO AMBIENTE

Paulo Schilling / Maurício

Waldmann / Paulo Davidoff

95 páginas — Cr\$ 23.900,00

A origem, evolução, a crise e as consequências econômicas e sociais da dívida externa. Os possíveis desdobramentos da conversão da dívida brasileira em projetos ambientais. Os mecanismos de conversão na lógica financeira do endividamento.

DÍVIDA EXTERNA E IGREJAS

Vários autores

276 páginas — Cr\$ 38.900,00

A crítica das Igrejas à ordem econômica internacional. O livro reúne análises econômicas, reflexões bíblico-teológicas e declarações oficiais de Igrejas e organizações ecumênicas do Brasil e do exterior.

A quem interessa o Mercosul?

Quem serão os principais beneficiados? Que significado tem o Mercosul na atual conjuntura latino-americana e mundial e qual a sua relação com o reordenamento das relações internacionais? Qual o papel da sociedade civil? Quais as condições necessárias para o desenvolvimento de um projeto de integração regional que resulte em benefícios para nossos povos? Que princípios éticos e políticos devem orientar esse projeto?

É com o objetivo de contribuir para o debate público dessas questões que o CEDI, através do Projeto Especial Dívida Externa, coloca à disposição do leitor o livro **MERCOSUL — INTEGRAÇÃO OU DOMINAÇÃO?**, de autoria de Paulo Schilling.

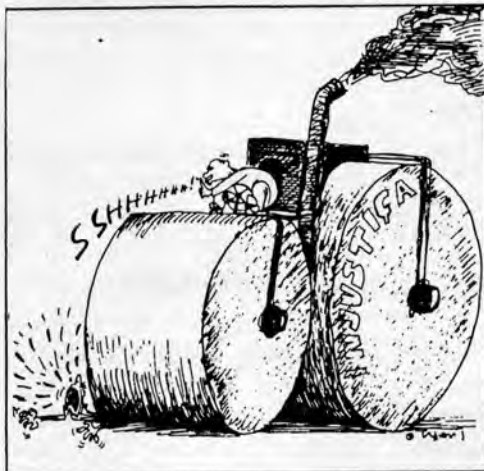
Enfocando várias iniciativas de integração ao longo da história latino-americana, passando por uma análise da conjuntura atual da América Latina dentro do contexto mundial e examinando os projetos de integração da Europa, da América do Norte e a "Iniciativa para as Américas" do presidente Bush, o livro apresenta um exame detalhado do Mercosul. A análise aponta falhas sérias na formula-



ção do projeto como, por exemplo, a inexistência de certas condições prévias indispensáveis à integração e a pressa com que o plano está sendo implementado. Mostra também seu impacto negativo na economia brasileira, principalmente na agricultura dos três estados do sul do Brasil e os efeitos maléficos que terá sobre o parque industrial argentino. Acima de tudo, a análise demonstra que os principais beneficiários do Mercosul serão os grupos transnacionais instalados na região.

204 páginas — Cr\$ 41.400,00

CMI / Claudius



Todos os livros acima estão disponíveis no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Os pedidos por carta devem ser feitos juntamente com cheque nominal ao CEDI, para os seguintes endereços: Av. Higienópolis, 983, CEP.01238, São Paulo, SP (Setor de Distribuição) ou Rua Santo Amaro, 129, CEP.22211, Rio de Janeiro, RJ (Setor de Distribuição). Os preços são válidos até 20/9/92.